



Parecer da 3ª Comissão de Ordenamento, Território,
Urbanismo e Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local
Proposta n.º 241/2014

Aprovar a versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Lisboa para aprovação

1. CONSIDERANDOS

Encontra-se neste momento em apreciação na 3ª Comissão de Ordenamento, Território, Urbanismo e Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local a Proposta n.º 241/2014 para “*Aprovar a versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Lisboa para aprovação*”, com os seguintes pontos deliberativos:

1. Aprovar a versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, para efeitos de submissão à apreciação da Assembleia Municipal;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT. 2287 SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 04/07/2014

2. ENQUADRAMENTO

Entre 1998/1999 foi elaborado um Plano de Pormenor para o Campus da Universidade Nova de Lisboa (UNL) abrangendo o núcleo atualmente edificado. Propunha-se que esta subunidade territorial viesse a integrar a nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da UNL, atualmente sediada na Avenida de Berna.

Posteriormente, verificou-se a necessidade de ampliar o estudo urbanístico em causa e integrar uma nova área referente à envolvente urbana do Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL), localizada a sul do atual Campus de Campolide, o que se traduziu num novo Plano de Pormenor (PP), visando a requalificação de todo o espaço urbano do Alto de Campolide.

É neste contexto que surge, por sugestão da Direção Geral de Património Cultural (DGPC) e conforme Decreto-Lei nº307/209, de 23 de Outubro, a elaboração do presente Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide (PPRUCC), substituindo a figura do anterior Plano de Pormenor (PP), com o objetivo de produzir uma proposta que integrasse as grandes estruturas urbanas em presença, nomeadamente a Universidade Nova de Lisboa (com o antigo Colégio dos Jesuítas, atual Faculdade de Economia), o Estabelecimento Prisional de Lisboa (Penitenciária), o Palácio da Justiça e um troço importante do novo Corredor Verde da cidade de Lisboa.

Deste modo pretende-se levar a cabo uma importante renovação urbana numa área singular da cidade a partir da instalação de novos complexos escolares (nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) e outros equipamentos, para além de novas funções de Habitação, Turismo e Serviços.

A articulação de toda esta área urbana implica acabar com a excessiva compartimentação do território decorrente da presença dos velhos muros da antiga Penitenciária, desníveis do terreno, aquartelamentos militares, etc.

O Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide pretende, assim, produzir um espaço público com unidade e critérios urbanísticos afins que funcione como elemento aglutinador de todo o território.

Território/ O Sítio

A área de intervenção da proposta para o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide integra-se nas Freguesias de Campolide e Avenidas Novas, ocupando uma superfície de cerca de 374,655m². Geograficamente o Plano abrange a colina, cuja situação ímpar na cidade de Lisboa articula o Alto do Parque Eduardo VII e o vale da Av. da Liberdade com a vertente norte do vale Campolide, da qual se usufruem vistas panorâmicas privilegiadas: para sul uma esplêndida percepção do Centro Histórico (Castelo de S. Jorge e Rio Tejo) e, para norte, o Aqueduto das Águas Livres e Parque Florestal de Monsanto.

Este promontório é limitado por estruturas de grande escala e de diferentes características: Estruturas Viárias (Av. Calouste Gulbenkian a norte e Av. Marquês da Fronteira a sul);
Urbanas (Bairro Azul a nascente e Complexo da Nova Campolide, a poente); Paisagísticas (Corredor Verde a norte e a poente e Parque da casa Ventura Terra); O Plano promove a articulação de toda esta área e incide sobre os seguintes domínios:

- Relações do Complexo Universitário com as vertentes enunciadas (Vale da Avenida da Liberdade e Vale de Campolide);
- Ligação entre a nova estrutura de Habitação e Serviços, o Edifício do EPL e o Pólo Universitário;
- Articulação do Complexo Universitário com as áreas institucionais envolventes, nomeadamente, o Estabelecimento Prisional de Lisboa – EPL, o Palácio da Justiça, o antigo Tribunal de Polícia, etc.;
- Articulação dos novos Conjuntos Urbanos com o projeto do Corredor Verde e do Jardim Histórico e Palacete Mendonça (Casa Ventura Terra);



As pré-existências notáveis da envolvente, ora dialogantes, ora constringedoras, identificam-se como referências determinantes na estruturação do Plano, quer pelo porte edificado, quer pela vertente paisagística em presença. Particularmente, sendo o estabelecimento prisional uma pré-existência a considerar e tendo uma forte centralidade, a sua envolvente urbana exige uma requalificação profunda, permitindo estabelecer um núcleo estruturante da cidade.

Assim, o Plano visa operar sobre os terrenos abrangidos atualmente pelo EPL – Estabelecimento Prisional de Lisboa – uma operação de reconversão urbanística, integrando esta área no território da cidade. Para apoiar o estudo da futura reconversão do EPL, foi elaborado um estudo específico que conclui sobre a possibilidade de adaptação da antiga prisão a um Equipamento Coletivo.

Antecedentes da Proposta

- Em de 16 de julho, por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, sob a Proposta n.º 562/2008, publicada pelo Aviso n.º 22242/2008 no Diário da República n.º 161, 2ª Série, de 21 de agosto, foram aprovados os Termos de Referência do Plano de Pormenor do Campus de Campolide e os fundamentos justificativos para a sua elaboração;
- Entre 21 de agosto e 10 de setembro de 2008, decorreu o período de participação pública preventiva, para a formulação de sugestões e apresentação de esclarecimentos, prevista no n.º 2 do artigo 77º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (RJGT), e subsequente alteração através do Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto;
- Em 29 de julho de 2009, a proposta preliminar foi submetida a apreciação em Reunião de Câmara, e mereceu igualmente aprovação;



- A 25 de janeiro de 2012, em Reunião de Câmara , foi aprovado, sob a Proposta nº30/2012, o modelo urbano, desenvolvido tendo por base os Termos de Referência e os estudos específicos;
- Em março de 2012, a proposta de Plano foi enviada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), para proceder à realização de uma conferência de serviços com todas as entidades competentes representativas dos interesses a ponderar, no cumprimento do estipulado no nº 3 do artigo 75º-C do RJIGT;
- Em 2 de maio de 2012, foi realizada a referida conferência de serviços, , promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-LVT), nos termos do artigo 75º-C do RJIGT;
- Ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 76º do RJIGT, a Câmara Municipal procedeu à realização de reuniões de concertação, de que resultaram a integração na Proposta de Plano das alterações pertinentes e passíveis de serem consideradas, assinalando-se o prosseguimento dos trabalhos através da figura de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana (PPRU), na prossecução dos objetivos de regeneração urbanística e da preservação e valorização do património cultural classificado, existente na área de intervenção do Plano, a qual está abrangida pela Área de Reabilitação Urbana de Lisboa (ARU).
- Em 18 de dezembro de 2013, foi aprovada, sob a Proposta nº 919/2013, na sessão pública de Câmara, a abertura do período de discussão pública do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide (PPRUCC), tendo a deliberação sido publicada através do Aviso nº 497/2014, no Diário da República, 2ª série, nº 7, de 10 de janeiro.

- Entre 15 de janeiro e 13 de fevereiro de 2014, teve lugar o período de discussão pública, tendo registado 97 participações, e contado com a realização de uma sessão pública de esclarecimento em 5 de fevereiro, que decorreu no Auditório B da Reitoria da Universidade Nova em Campolide;
- Por último, tendo sido elaborado o relatório de ponderação e incluídos na Proposta de Plano os contributos decorrentes das fases de concertação e de discussão pública pertinentes, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, a proposta de versão final do Plano encontra-se instruída com os elementos legais e necessários, de acordo com o teor da Informação Técnica n.º 14682/INF/DIVPT/GESTURBE/2014, constante dos elementos disponíveis para consulta.

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19.º n.º 2 do Regimento da CML, foi aprovada na Reunião de Câmara de 28 de maio de 2014, a Proposta nº 241/2014, versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide (PPRUCC), sendo determinado submetê-la, para os devidos efeitos, à apreciação da AM. Proposta aprovada por maioria com 10 votos a favor (8 PS, 1 Ind., 1 CDS/PP) e 4 abstenções (2 PPD/PSD, e 2 PCP)

3. APRECIÇÃO DA PRESENTE PROPOSTA

Para a apreciação e emissão de parecer, sobre a Proposta n.º 241/2014, a 3ª Comissão entendeu proceder à audição do Sr. Vereador Manuel Salgado, que se fez representar pelos Arq. Paulo Pais e Arq. Eduardo Campelo. Foi também solicitado parecer à Junta de Freguesia de Campolide. Por último, foi inserido no presente parecer a posição do PSD, que assim o solicitou.



3.1. Audição dos Arquitetos Paulo Pais e Eduardo Campelo

A audição , sobre o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide , realizou-se no dia 9 de julho, pelas 18h, na Assembleia Municipal de Lisboa.

Arquiteto Paulo Pais

Referiu que o PPRVCC tem alguns anos, e várias versões, tendo sido objeto de discussão em diversas reuniões de Câmara. A Proposta de Plano – versão de janeiro de 2012 – que agora se apresenta foi objeto de consulta pública muito participada, na qual foram levantadas algumas questões, quer por entidades públicas, através de pareceres, quer por grupos de cidadãos, as quais entretanto, foram objeto de esclarecimento em sede concertação e, consequentemente, resolvidas.

Referiu ainda que, com esta Proposta de Plano, pretende-se desenvolver uma operação de regeneração que integre e consolide diversos tecidos urbanos numa área singular da cidade a partir da renovação e/ou instalação de novos complexos escolares (nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) e outros equipamentos (EPL), para além de novas funções de Habitação, Turismo e Serviços.

Por último considerou que todo este processo pode e deve ser faseado, até porque não se sabe quando é que o Ministério da justiça desativa o Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL) disponibilizando os terrenos, o que nao impede, uma vez aprovado o Plano, que se avance com a consolidação do Campus de Campolide.

Arquiteto Eduardo Campelo

Apresentou de forma sucinta o PPRVCC referindo que este plano foi por diversas vezes e em momentos diferentes objeto de discussão em reuniões de Câmara.

A área do plano ocupa uma posição estratégica no território, localizando-se numa zona de cumeada, no topo do Parque Eduardo VII, ligando dois vales, na direção da Av. da Liberdade e da Baixa, por um lado, e na direção de Campolide, Monsanto e Aqueduto das Águas Livres, por outro.



Salientou a importância do Corredor Verde, recentemente concluído, como elemento estruturante de aproveitamento deste território, até então intransponível, que permite estabelecer a ligação, através do Parque Eduardo VII, da Av. da Liberdade até Monsanto.

O PPRUCC contém um conjunto de condicionantes que se centram na sua maioria nas questões relacionadas com o património existente, salientando, para além do Aqueduto das Águas Livres, a existência de imóveis e conjuntos classificados, instalações militares, bem como outro tipo de servidões.

A proposta que agora se apresenta foi desenvolvida pelo Gabinete do Arqto Alberto Oliveira, referindo que a solução preconizada pretende, entre outras, libertar este território de um conjunto de obstáculos (instalações militares e municipais), de um somatório de espaços de impasse que impedem a sua continuidade e a sua apropriação em termos urbanos, o que, de alguma forma, apenas o corredor verde permitiu romper. Pretende-se requalificar este território valorizando o espaço público, promovendo a permeabilidade e a interligação de diversos espaços há muito intransponíveis.

Em termos de acessibilidade, importa realçar que, tratando-se de uma zona central da cidade, se encontra-se bem servida de transportes públicos e que futuramente ficará ainda melhor, com a extensão da linha de Metro das colinas (linha vermelha) em direção a Campo de Ourique, estando em vista a construção de uma nova estação em Campolide, junto ao Reservatório Pombal.

Quanto à execução, o Plano foi desenvolvido tendo em consideração a existência de uma Subunidade Operativa de Planeamento e Gestão (SUOPG), possibilitando, assim, que esta área seja objeto de mecanismos de perequação, garantindo que os direitos de edificabilidade a atribuir sejam distribuídos de modo equitativo pelos proprietários em presença: Universidade Nova de Lisboa, Estado, Câmara, Estamo e alguns particulares.

Face à complexidade, o Plano não será executado na sua totalidade de imediato. No entanto, há um conjunto de operações que poderão ter lugar de forma faseada, assim que o plano estiver aprovado, nomeadamente: a ampliação do Campus da Universidade Nova de Lisboa, cujas principais ações a desenvolver, numa primeira fase, tem a ver com a construção da



Nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e com a construção da futura cantina/refeitório (libertando os terrenos atualmente ocupados pela Faculdade junto á Av. de Berna). Nesta fase serão ainda construídos um conjunto de edificios relacionados com a igreja, de apoio ao centro paroquial.

Referiu ainda que, no âmbito da discussão pública que foi, aliás, sobejamente participada, houve quatro grandes questões:

1ª Relacionada com o enquadramento da igreja pelo facto de se entender que, com a nova Proposta de Plano, a igreja ficaria escondida relativamente à sua implantação atual no tecido urbano, bem como pelo dimensionamento dos novos equipamentos a construir na sua proximidade e, em particular, de um edificio que, para além de creche, responda às diversas atividades sociais da paróquia.

A Proposta do Plano contemplou estas preocupações privilegiando o enquadramento e relação volumétrica com a envolvente, diminuindo um piso, apresentando o edificio uma dimensão idêntica à das capelas mortuárias.

2ª Pela Estamo, foi suscitada uma questão relacionada com o Edificio do Hospital do Estabelecimento Prisional (EPL), edificio classificado, no sentido de ser considerada sua vocação turística e, assim sendo, lhe ser atribuído um uso de hotelaria.

A Proposta de Plano considerou favoravelmente que para este equipamento, o uso hoteleiro seria o mais adequado e, provavelmente, iria permitir uma maior valorização do edificio.

3ª As preocupações manifestadas pela eventual demolição do edificio do antigo hospital não se justificam já que tal não irá acontecer, uma vez que o Plano prevê a sua preservação ainda que alterando-lhe o uso, conforme referido anteriormente. Quanto ao anel das oficinas adjacentes aos muros que circundam a prisão, trata-se de construções dos anos 40 implantadas numa lógica de encerramento do recinto, de fecho ao exterior, as quais e que não estão classificadas, pelo que se prevê a sua demolição. Aliás, um dos principais objectivos da Proposta de Plano prende-se com a alteração desta situação em particular, abrindo o recinto à população e à cidade.



Pretendeu-se, assim, manter o edifício principal da prisão, bem como a sua envolvente próxima, rompendo os muros, possibilitando o seu uso pela população, com passagens públicas amplas que garantam os atravessamentos do recinto e a fruição do próprio edifício.

Relativamente ao reservatório Pombal, trata-se de uma infraestrutura de abastecimento de água, que integra o Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados, incluindo todas as galerias que alimentam os chafarizes (classificado como Monumento Nacional), o qual não irá sofrer qualquer alteração, mantendo-se na íntegra.

4ª A questão colocada a propósito de um terreno que a Sociedade Páteo de Campolide possui junto à Av. Calouste Gulbenkian, detém um direito de preferência, está ainda negociação com a Câmara, tendo em vista a eventual transferência daquele direito de superfície para outro local da cidade.

Por último, referiu que o PPRUCC respeita as normas consagradas no PDM em termos de edificabilidade com índices razoavelmente baixos, sobretudo, se não se considerarem os equipamentos.

Quanto ao estacionamento previsto, a Proposta de Plano está de acordo com o PDM garantindo no seu conjunto o número de lugares necessários para fazer face às exigências.

3.2. Parecer da Junta de Freguesia de Campolide

A Junta de Freguesia de Campolide, fez chegar à comissão o seu parecer, que se transcreve:

“Vem o Presidente da Junta de Freguesia de Campolide dar o seu parecer favorável ao Plano de Pormenor agora em análise. A Proposta espelha o resultado de um profundo e profícuo período de discussão pública que foi tido na Freguesia de Campolide. Para além da Sessão Pública que decorreu na Universidade Nova de Lisboa, realizaram-se múltiplas reuniões complementares entre a equipa da Câmara Municipal de Lisboa e os Grupos de Cidadãos que demonstraram, de alguma forma, discordar do projeto inicial. Esta reuniões foram lideradas pela Juntas de Freguesia de Campolide, que efectuou a mediação e que pode, dessa forma, testemunhar o esforço que a Câmara Municipal de Lisboa fez em acertar a proposta, tanto quanto possível, dando guarida aos argumentos e direitos apresentados. É certo que nem



todas as alterações reclamadas foram feitas. A própria Junta de Freguesia de Campolide reclamou uma maior protecção da posição da Igreja de Santo António de Campolide, o que apenas foi parcialmente conseguido. De qualquer forma sabemos que têm de existir equilíbrios e ficamos satisfeitos com os conseguidos. O Plano de Pormenor em análise é um plano equilibrado, dotado de uma visão estratégica para o futuro desta zona que conhecerá profundas mudanças nas próximas décadas. É tudo quanto temos a dizer. André Nunes de Almeida Couto”.

4. OPINIÃO DAS VÁRIAS FORÇAS POLÍTICAS

OPINIÃO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

O Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide, cuja versão final se encontra em discussão na Assembleia Municipal merece do PSD as seguintes considerações:

“Os planos de pormenor são instrumentos de gestão territorial instituídos pelo Decreto - lei 46/2009 que republica e altera o DI nº 380/99, que alterou igualmente o RJIGT, vindo a dar total autonomia e responsabilização aos municípios nesse domínio e ainda introduzir melhoramentos em termos de interpretação e simplificação legislativa e administrativa.

Os PPs desenvolve e concretiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infra-estruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva , a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem

Haverá sempre diferentes preocupações relativamente aos planos que estejam envolvidos por área urbanas consolidadas e aqueles que se elaboram em áreas urbanas com envolvimento não consolidado. A preocupação deverá ser maior quando essas áreas além de consolidadas têm já problemas urbanísticos e de circulação viária muito graves.

Um plano de pormenor, numa cidade com uma forte densificação urbana, é, mais que apenas uma preocupação com área que o delimita. Tem a exigência de, na sua formulação, enquadrar sempre, uma clara preocupação com todas as áreas circundantes.

Um Plano de Pormenor que o não faça transforma o território em que intervém num gigantesco condomínio sem nenhuma coerência com o espaço urbano que o rodeia.

De alguma forma é essa a situação do PP agora em análise nos apresenta.

Tem uma clara preocupação com a sua estrutura viária interna, com o ordenamento do seu território e com as características de habitabilidade das novas edificações em termos ambientais.

O Plano resolve o problema do extraordinário aumento de fluxo de tráfego, no seu interior, criando uma teia periférica que vai desaguar na Rua Marquês da Fronteira e na Rua Miguel Torga que são artérias já muito congestionadas a qualquer hora do dia.

O próprio desenho da rede viária estabelece uma área de guetização que segrega toda a zona envolvente ao plano em vez de a integrar. Naturalmente que um campus tem uma lógica específica e por isso mesmo, são na generalidade remetidos para zonas próprias sem envolventes altamente problemáticas, cujos estrangulamentos seriam muito ampliados.

Por isso mesmo, este plano perpetuar-se-á como um retalho numa manta feita ao sabor das encomendas, sem qualquer estratégia ou coerência.

Igualmente não parece ter sido levado em consideração que o acesso ao campus será principalmente feito por transporte privado até porque a oferta da CARRIS é limitada e porque pelo menos por os tempos mais próximos o Metropolitano não chega a esta zona. Os fluxos pendulares resultantes dos diferentes regimes de aulas, provocará em toda a área residencial envolvente um aumento preocupante especialmente em período noturno.

Apesar de estar acima dos parâmetros do PDM para este tipo de ocupação, perde-se a hipótese única de se poder criar um parque de estacionamento que alivie a situação da malha adjacente de Campolide, numa situação de colapso eminente. Acentuamos que ao desprezar-se o facto de esta zona não ser servida por vasta rede de transportes públicos, a eventual



insuficiência de estacionamento "in loco" pode agravar a situação da parte urbana de Campolide.

O Plano apesar de realçar o património edificado correspondente à igreja e edifícios adjacente, tem uma volumétrica densificada que, por sua vez, esmaga o conjunto da Penitenciária.

O Plano circunscreve-se a uma intervenção tópica ,completamente desagregada em termos de coesão territorial com a malha urbana de Campolide, acentuando a fronteira já existente definida por duas realidades diferentes dentro da mesma Freguesia.

Pensa-se essencial que se assegure a preservação das construções de fecho em hexágono, incluindo a Casa do Diretor, o Hospital, a Capela, o Parlatório, as Oficinas, o Panótico e o muro ameiado.

A artificialidade de confundir uma ampliação do *campus* da Faculdade de Economia da Universidade Nova com o loteamento da Penitenciária a favor da ESTAMO, mais fica relevada quando se verifica não ter sido assegurado o acesso adequado à Igreja de Santo António de Campolide, nem a sua reabilitação, nem a do Palácio Mendonça e do seu Jardim, como aliás Aprovou recomendou á CML á Assembleia Municipal de Lisboa já em 2010.

CONCLUSÃO

O plano, analisado dentro dos seus limites, não é aceitável.

Já em termos de filosofia urbana e de integração na freguesia e na cidade é, a todos os títulos, deplorável e até nocivo para as zonas que lhe são confinantes".

5. OPINIÃO DA RELATORA

Parece consensual o interesse do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide que permitirá a requalificação da área de intervenção e a regeneração do tecido urbano nela inserida.

Encontram-se bem demarcados três polos com potencialidades diversas: a Universidade Nova de Lisboa, a Penitenciária de Lisboa e o Palácio de Justiça, com o corredor verde na envolvente. Neste momento, esta zona é pouco habitada, encontra-se murada, com exceção



do Palácio da Justiça, e tem pouca vida própria para além da que resulta da utilização dos equipamentos referidos.

A zona tem imensas potencialidades decorrentes da sua centralidade, do previsto aumento das acessibilidades com o prolongamento do Metro até Campo de Ourique, com estação em Campolide, e, sobretudo, da situação geográfica em que se encontra por se situar no alto de uma colina com amplas vistas sobre dois vales, o da Av. da Liberdade e o de Campolide.

Esta situação geográfica privilegiada tem de ser devidamente acautelada, exatamente porque o património paisagístico e ambiental constitui a principal riqueza da cidade. Trata-se de uma oportunidade única para repensar o prolongamento do próprio Parque Eduardo VII, transformando a atual faixa do Corredor Verde numa estrutura verde com verdadeira dimensão de parque. Uma tal solução obrigaria a reavaliar a prevista implantação dos edifícios em banda na frente do Palácio da Justiça e a nascente do EPL, tanto mais que, como é dito pelo próprio Vereador do Pelouro, não se sabe quando e se o Ministério da Justiça vai proceder à desativação do EPL. Ainda que se admita que tal hipótese deve ser considerada desde já, está neste momento em discussão uma Proposta de Plano de Pormenor e sobre ela há que tecer observações concretas.

Antes de mais há que ter em atenção que a volumetria dos novos edifícios deve ser equilibrada e que não há apenas que atender a interesses particulares que podem beneficiar, ou ser prejudicados, pelas novas construções.

O principal problema que deve ser equacionado é o impacto visual que pode advir dessas construções, num todo que é um conjunto já consolidado em termos de vistas. Para além disso, existem elementos construídos preponderantes que não podem ser “esmagados” por novas edificações que lhes retirem protagonismo e força.

Qualquer construção que usufrua de uma cércea que introduza distorções no todo já existente tem de ser devidamente ponderada e avaliado o resultado final. Para além do sistema de vistas de dentro para fora poder acarretar o benefício de alguns e o prejuízo de outros, o que originará sempre desequilíbrios que terão de ser compensados, o mais importante é apurar o impacto que tais alterações introduzem no sistema de vistas da cidade e a oportunidade que se



perde de a dotar de um parque urbano central como presente em diversas outras cidades, cujos exemplos são por demais conhecidos.

6. CONCLUSÕES

Estão em causa três edifícios com características próprias acentuadas, todos eles classificados: o Palácio de Justiça, a Penitenciária e o Hospital a esta ligada. E se, sem dúvida, é adequada e necessária uma solução urbanística mais permeável, certo é que não se vê qual a vantagem em substituir os muros da atual Penitenciária de Lisboa por uma outra barreira contínua ainda mais elevada, constituída por edifícios com uma cércea de seis e oito pisos.

Se, por um lado, o edifício da Penitenciária desaparece e perde significado ao ser envolvido por construções com uma cércea mais elevada do que a dela própria, por outro, e dado que uma destas bandas de edifícios se situa mesmo em frente do Palácio da Justiça, este deixa de ter espaço para respirar e fica desvalorizado, perdendo impacto na paisagem ao ficar prejudicada a sua leitura.

Por outro lado, trata-se de uma colina que tem uma cumeada visível de vários pontos da cidade pelo que qualquer intervenção arquitetónica tem de tomar esse aspeto em consideração.

A envolvente da Penitenciária não deveria ultrapassar a cércea deste edifício, mantendo-se, assim, o equilíbrio existente e abrindo aquele espaço a novos usos e funções. Por esse motivo, recomenda-se uma reavaliação da proposta que pondere melhor a volumetria e a conflitualidade com o pré-existente como, aliás, já foi feito no que diz respeito à envolvente da Igreja de Campolide (antiga Capela do Colégio de Campolide).

Por ter sido solicitado pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e por constituir sua atribuição, compete a esta Comissão, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento da AML, apreciar a Proposta n.º 241/2014, pelo que se apresenta o presente parecer.



Face ao exposto, propõe-se o seguinte:

1. A aprovação do presente parecer na 3.^a Comissão da Assembleia Municipal e a sua posterior discussão e votação em Plenário, com indicação de que deverá ser ponderada a reavaliação da Proposta de PPRUCC no que respeita aos edifícios que envolvem e fecham o EPL do lado nascente.

Este Parecer foi aprovado por maioria, com os votos a favor o PS, PSD, IND, e com a abstenção do PCP e do PEV.

Assembleia Municipal de Lisboa, 23 de Julho de 2014.

O Presidente da 3.^a Comissão

A Deputada Relatora

Victor Gonçalves

Maria Elisa Madureira